



16º. Domingo depois de Pentecostes (19/09/04)

Próprio 20

1ª leitura (Antigo Testamento) – Amós 8.4-7 (8-12)

“Escutai...” Consta de acusações contra os opressores dos pobres, contra os que destroem o povo de Deus. A descrição da avidez deles para pisotear os necessitados aparece nos vs. 5 e 6. Eles têm tanta veemência para alcançar seus propósitos iníquos que têm aversão para com as festas e instituições sagradas como o sábado, (quando passará a festa?...). Vs.5, Deus aborrece as festas hipócritas, ver 5.21). (Ver sobre lua nova em: 1Sm 20.5,24; Is 1.13-14; Lv 23.24)

Como eles pisoteavam os necessitados? (Ver 2.12, proibindo os profetas a se pronunciarem e corrompendo os consagrados). Eles enganavam-nos com medidas falsas. (Ver Mq 6.10). Efa é a medida para os secos, equivalente a quarenta litros e Siclo, medida para o peso, pesando 11,5 gramas. (Ver em Lv 19.36, efa justa). Vendiam os produtos imprestáveis. E não só isso, mas escravizavam-nos pelo método de endividamento. (Ver Amós 2.6) Enfim, aqui há acusação contra a perversão da justiça na ordem econômica.

Amós não estava sozinho nessa acusação. Ver Miquéias 3.9ss – “Ouçam isto, chefes da casa de Jacó, governantes de Israel, vocês que têm horror ao direito e entortam tudo o que é reto” e Os 5.1, “ouçam isto, sacerdotes de Israel”.

A leitura do Antigo Testamento selecionado para este domingo nos fala, pelo menos, na relação estreita entre a religiosidade e ética. Ver Os 6.6 Mq 6.8. O que se diz e se faz devem corresponder ao projeto ou plano de Deus em propiciar a todos a convivência, a comunhão. Na visão cristã ela é manifesta e vivida em Cristo. (ST)

2ª leitura (Epístola) – I Timóteo 2.1-8

A experiência da oração é uma daquelas que une todas as pessoas, nem que ela venha em forma de assombro. Mas há muita coisa que precisa ainda ser dita e descoberta sobre a oração. A principal delas está resumida nas palavras de Ralph Waldo Emerson quando disse: “Não há homem que, orando de todo o coração, não aprenda alguma coisa”.

No segundo capítulo desta epístola, Paulo dá continuidade as suas instruções a um jovem ministro sobre aquilo que realmente é importante no exercício de seu ministério. E nestes versículos lidos hoje, ele privilegia um tema de vital importância para todos aqueles que exercem liderança na igreja de Jesus: Paulo nos fala aqui sobre a oração. Pensando nisso propomos o seguinte tema para nossa reflexão de hoje: Instruções sobre a oração.

Ao instruir sobre a oração Paulo fala, em primeiro lugar, de sua extensão. (v.1, 2) De acordo com o ensinamento Paulino, todas as pessoas deveriam ser alvo de nossas orações. Só este fato já deve despertar nosso interesse uma vez que sempre foi comum e corriqueiro (e ainda é hoje) pedir oração ou interceder apenas por aquelas pessoas das quais gostamos ou, mesmo sem conhecer, nos apiedamos. O que Paulo está fazendo aqui é marcando sua posição contra os judaizantes. Explico:



enquanto ele, Paulo, missionava entre os gentios, apresentando Cristo a eles e tratando-os como irmãos, os judeus abominavam esta prática. Para Paulo não havia problemas. A igreja deveria orar por "todos os tipos de homens" (v.1), e isto inclui, especialmente, aqueles que exercem governo ou estão investido de autoridade (v.2). Do primeiro versículo aprendemos que não há pessoas que são mais ou menos dignas de nossas orações. Todas elas, mesmo nossos inimigos podem e devem ser alvo de nossas orações. Lembremos que Deus deseja a salvação de todos (v. 4). Do verso dois deve ser notado o ensino de que nossa relação ou nosso dever para com o imperador deve envolver a oração e não a adoração. Ninguém deve ser desprezado em nossas orações, mas ninguém pode assumir o espaço que só é adequadamente reservado para Deus. Ao orarmos exclusivamente a Deus estamos testemunhando acerca de seu caráter absoluto e divino. Nenhum outro ser, nem mesmo o imperador (e isto inclui sistemas de pensamento), pode ser buscado ou invocado como a um deus.

Ao instruir sobre a oração Paulo fala, em segundo lugar, de seu mediador (v.5). Este versículo 5 é, provavelmente o fragmento de um antigo hino cristão. Neste hino Paulo se baseia no *shema* hebraico (Dt 6:4) para reafirmar a universalidade da oração e provar que a argumentação judaica é deficiente. Em seguida, com a segunda parte do hino, Paulo nos diz que há "um só mediador entre Deus e os homens". Com esta afirmação Paulo está colocando Jesus como mediador de uma segunda aliança semelhante aquela na qual Moisés aparece como mediador. A carta aos Hebreus é um testemunho de como este hino foi desenvolvido e transformado em argumento para defender a fé cristã na igreja primitiva. Desta forma, nem Moisés (Gl 3:19) nem os anjos (Hb 2:6ss), nem qualquer outra divindade ou *eões* gnósticos podem ser aceitos pelos cristãos como mediadores desta segunda aliança. Por fim, Paulo nos diz que só Cristo pode assumir esta posição de mediador, porque ele é essencialmente "homem". Por ser homem Jesus também sofreu como nós, conhece nossa fragilidade e compartilha de nossa fraqueza. Ele sabe o que é padecer, sabe o que é ser perseguido e sabe o ser injustiçado. Mas que isso. Ao ser apontado como "homem" ele está sendo visto como o "segundo Adão", ou seja, como o inaugurador de uma nova humanidade, agora redimida. A oração deve ser vista como uma prática comum a esta nova humanidade que tem em Jesus seu grande exemplo.

Finalmente, ao instruir sobre a oração Paulo fala, em terceiro lugar, de sua motivação. Devemos orar sempre e por todas as pessoas, diz-nos o apóstolo Paulo. Isto deve ser feito antes de tudo porque "é bom e aceitável diante de Deus". (v.3) Ora irmãos, quando somos capazes de orar por todos, amigos e inimigos, quando somos capazes de incluir em nossos pedidos tanto aqueles que amamos quanto aqueles porque não nutrimos sentimentos muito dignos, estamos, na verdade, sendo transformados à semelhança de Cristo. E isto é bom e aceitável diante de Deus. A oração, alguém já disse, não muda a Deus, muda a nós mesmos. A oração deve ser feita também "para que vivamos vida tranqüila e mansa" (v.2) ou seja, para que gozemos paz. O alvo de nossas orações não deve ser o mesmo por que ora esta geração consumista. Tiago diz que oramos e não recebemos porque pedimos mal, pedindo para nosso próprio deleite. É correto pedir uma vida de tranqüilidade e de paz para nós e para a sociedade, mas pedir opulência e ostentação é pedir que alguém



deixe de ter o que tem. Pedir riqueza é pedir que alguém viva na pobreza e na miséria, porque a economia é como uma gangorra, alguém tem que descer para que outro possa subir. Somente quando houver uma justa divisão da renda e da riqueza é que a gangorra ficará equilibrada. Finalmente, devemos orar com uma motivação apropriada. Esta motivação nunca deve ser a ira (v.8) ou a vingança, mas a reconciliação e o perdão. Já falamos que ao orar não mudamos o coração de Deus, mas o nosso próprio. Quando somos capazes de orar pedindo por aqueles que nos machucaram e nos magoaram acabamos sendo, nós mesmos, abençoados pela cura e pela graça em nós. O que vemos aqui é uma mudança de atmosfera em relação a muitos Salmos imprecatórios. Devemos entender que não foi Deus quem mudou, foi o homem, sua mentalidade, sua forma de ver Deus. Jesus nos apresenta esta nova perspectiva, este novo olhar para uma nova humanidade.

Que possam ser nossas também as palavras dos discípulos quando disseram: Senhor, ensina-nos a orar. (JLFA).

Santo Evangelho – Lucas 16.1-13

Essa parábola tem provocado os mais diferentes comentários. Como os evangelhos não são “relatos” na seqüência tal qual se processaram e dependeram da memória das comunidades, das pessoas e do próprio evangelista, surge a questão do fim da própria história e o aditamento de comentários até baseados nos dizeres de Jesus pronunciados, talvez, em outras circunstâncias. Por isso, é natural que alguns considerem o fim da história no vs. 8. Aceita essa organização do texto, os versos 9ss representariam considerações de Lucas sobre a riqueza e seus usos.

A questão é como se lê essa parábola. Talvez a maior parte da dificuldade esteja na tradução do vs. 8 - o “ecônomo da injustiça” por “ecônomo ou administrador desonesto”. Essa tradução de “desonesto” ou ainda “injusto” condiciona a leitura. A história é simplesmente isto. Certo rico - como caso da história de rico e Lázaro (16.19 - certo rico) ausentou-se e deixou a administração com seu administrador. Ouviu falar que ele estava esbanjando ou não administrando bem a fazenda, por isso, pediu a prestação de contas. Aí vem a história. Acontecia o endividamento crescente dos devedores e a transformação destes em escravos. Por que esse endividamento? O juro elevadíssimo. E, na fixação dos juros, o administrador tinha sua comissão. Com a crise entre o rico e o administrador este procurou rapidamente o cancelamento das dívidas de modo que ele tivesse aliados em confronto com o seu patrão. Com isso ele não deixaria problemas de reclamações dos endividados ao rico. E ele teria aqueles que ficariam devendo favores. Sem dúvida, ele agiu como “os filhos do mundo” ou como aqueles que pertencem a este mundo (vs.8). O homem rico elogiou a esperteza, a sagacidade do administrador da injustiça. O administrador percebeu o fator tempo para agir. Isso foi elogiado. De fato, ele agiu por interesse próprio, mas não foi desonesto, mas administrador da injustiça.

Vs. 9 - Usem a riqueza da injustiça para fazer amigos. Aqui está o que ilumina toda essa história. Fazer amigos: amizade é um relacionamento entre iguais. O que foi colocado sob o crivo crítico: a riqueza construída sob o endividamento alheio e o



relacionamento de subordinação que essa riqueza cria. Então, essa estória é uma sugestão para que a riqueza seja vista na perspectiva da fraternidade que Deus tanto deseja. Ao invés de ser recebido por seus favorecidos, é recebido pelos amigos na mansão de Deus. É uma crítica ao sistema de "patronato" existente. (ST)